

Recomendação

Escolha não atrasar a alta de um doente que reúne todos os critérios clínicos de transferência do Serviço de Medicina Intensiva (SMI) para a enfermaria.

Justificação

Uma gestão eficiente implica evitar o “no-value” e o “low-value care”, isto é que não só não se internem em SMI doentes que não beneficiam de internamento nesse nível, mas também que os internamentos nesta área não se prolonguem para além dos dias que determinam benefício. A escassez, em Portugal, de camas de medicina intensiva (camas de nível III e II) torna este objetivo ainda mais relevante. A gestão combinada de camas de nível III e de nível II dentro do SMI permite melhor e mais constante adequação do nível de cuidados ao necessário e melhor relação custo-eficiência na gestão de fluxos de doentes. Assim, logo que o doente não necessite de internamento em nível III ou II, deve ter alta do SMI, de forma a reduzir “low-value care” e a aumentar a taxa de disponibilidade de camas críticas.

A informação apresentada nesta recomendação tem um propósito informativo e não substitui uma consulta com um médico. Caso tenha alguma dúvida sobre o conteúdo desta recomendação e a sua aplicabilidade no seu caso particular, deve consultar o seu médico assistente.

Bibliografia

- Williams T, Leslie G. Delayed discharges from an adult intensive care unit. Aust Health Rev. 2004;28(1):87-96.
- Johnson DW, Schmidt UH, Bittner EA, Christensen B, Levi R, Pino RM. Delay of transfer from the intensive care unit: a prospective observational study of incidence, causes, and financial impact. Critical Care 2013; 17:R128
- Tiruvoipati R, Botha J, Fletcher J, Gangopadhyay H, et al. Intensive care discharge delay is associated with increased hospital length of stay: A multicentre prospective observational study. PLoS One. 2017; 12(7): e0181827.
Van Sluisveld N, Hesselink G, van der Hoeven JG, Westert G, Wollersheim H, Zegers M. Improving clinical handover between intensive care unit and general ward professionals at intensive care unit discharge. Intensive Care Med 2015; 41:589–604

Uma recomendação de:

Colégio da Especialidade de Medicina Intensiva da Ordem dos Médicos